

**CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

**CASO DA COMUNIDADE RURAL DE CANDELA VERSUS FEDERAÇÃO  
DA CLONALIA**

**CASO N°. 042114/RLJ/0415**

**MEMORIAL DA FEDERAÇÃO DA CLONALIA**

**2015**

## SUMÁRIO

<b>TABELA DE CONTEÚDOS</b>	<b>3</b>
<b>I. DECLARAÇÃO DOS FATOS</b>	<b>8</b>
<b>II. EXCEÇÕES PRELIMINARES</b>	<b>11</b>
1. DA FALTA DE COMPETÊNCIA <i>RATIONE MATERIAE</i>	11
2. DA FALTA DE COMPETÊNCIA <i>RATIONE LOCI</i>	12
3. VEDAÇÃO À ATUAÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA COMO “QUARTA INSTÂNCIA”	13
<b>III. MÉRITO</b>	<b>15</b>
1. DA NÃO VIOLAÇÃO DOS DIREITOS À INTEGRIDADE, À PROPRIEDADE, À CIRCULAÇÃO E À RESIDÊNCIA	15
2. DA NÃO VIOLAÇÃO DOS DIREITOS AO DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO E AO MEIO AMBIENTE SADIO	19
3. DA NÃO VIOLAÇÃO DO DIREITO ÀS GARANTIAS JUDICIAIS NEM DO DIREITO DE CIRCULAÇÃO E RESIDÊNCIA	22
4. DA NÃO VIOLAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE PESSOAL	38
5. DA NÃO VIOLAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE PENSAMENTO E EXPRESSÃO	31
<b>IV. SOLICITAÇÃO DE ASSISTÊNCIA</b>	<b>32</b>

## TABELA DE CONTEÚDOS

### JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Corte IDH. *Caso As Palmeiras Vs. Colômbia*. Exceções Preliminares. Sentença de 4 de fevereiro de 2000.

Corte IDH. *Caso Cesti Hurtado Vs. Peru*. Mérito. Sentença de 29 de setembro de 1999. Série C No. 56.

Corte IDH. *Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez. Vs. Equador*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 21 de novembro de 2007. Série C No. 170.

Corte IDH. *Caso Claude Reyes e outros Vs. Chile*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 19 de setembro de 2006. Série C No. 151.

Corte IDH. *Caso Escher e outros Vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 6 de julho de 2009. Série C No. 200.

Corte IDH. *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272.

Corte IDH. *Caso Fleury e outros Vs. Haiti*. Mérito e Reparações. Sentença de 23 de novembro de 2011. Série C No. 236.

Corte IDH. *Caso Gangaram Panday Vs. Suriname*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 21 de janeiro de 1994. Série C No. 16.

Corte IDH. *Caso Herrera Ulloa Vs. Costa Rica*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 2 de julho de 2004. Série C No. 107.

Corte IDH. *Caso López Álvarez Vs. Honduras*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 1 de fevereiro de 2006. Série C No. 141.

Corte IDH. *Caso do Massacre de Mapiripán Vs. Colômbia*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C No. 134.

Corte IDH. *Caso Nadege Dorzema e outros Vs. República Dominicana*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de outubro de 2012. Série C No. 251.

Corte IDH. *Caso Ricardo Canese Vs. Paraguai*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2004. Série C No. 111.

Corte IDH. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Exceções Preliminares. Sentença de 26 de junho de 1987. Série C No. 1.

Corte IDH. *Caso Vélez Loor Vs. Panamá*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 23 de novembro de 2010. Série C No. 218.

Corte IDH. *Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 4 de

julho de 2006. Série C No. 149.

Corte IDH. *Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados*. Opinião Consultiva OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Série A No. 18.

Corte IDH. *Garantias judiciais em Estado de Emergência (Arts. 27.2, 25 e 8 da Convenção Americana de Direitos Humanos)*. Opinião Consultiva OC-9/87 de 6 de Outubro de 1987. Série A No. 9.

Corte IDH. “*Outros tratados*” objeto da função consultiva da Corte (Art. 64 da Convenção Americana de Direitos Humanos). Opinião Consultiva OC-1/82, de 24 de Setembro de 1982. Série A No. 1.

## **DOCUMENTOS DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

CIDH. Caso 9260 (Jamaica), Relatório Anual da CIDH 1987-1988, página 166. 14 de setembro de 1988

CIDH. Informe No 8/98. Caso 11.671. Carlos García Saccone. Argentina. 2 de março de 1998

CIDH. Informe No 39/05. Carlos Iparraguirre e Luz Amada Vásquez de Iparraguirre. Peru. 2005.

CIDH. Informe No 103/06. José Luís Valdéz Pineda. México. 2006.

## **JURISPRUDÊNCIA DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS**

CEDH. Chipre vs. Turquia. Sentença de 10 maio de 2001, App. 25781/94. 35 EHRR 731.

CEDH. *Ilascu e Outros vs. Moldávia e Rússia*. Sentença de 8 de julho de 2004, App.48787/99. 40 EHRR 1030.

CEDH. *N Vs, Reino Unido*. Sentença de 27 de maio de 2008). App. 26565/05

## **OUTROS DOCUMENTOS**

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Balanço energético nacional - BEN. Rio de Janeiro: EPE, 2014.

Comitê Executivo do Alto Comissariado para os Refugiados da ONU. *El problema de las solicitudes de asilo o de la condición de refugiado manifiestamente infundadas o abusivas*. N° 30 (XXXIV), 1983, Parágrafo d.

Corte Internacional de Justiça. *Nicaragua vs. Estados Unidos da América*. Sentença de 27 de junho de 1986.

OEA. *Carta da Organização dos Estados Americanos*, art. 31.

ONU. *Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts*, art. 2, (a).

## ARTIGOS E LIVROS

SHAW, Malcolm. Direito Internacional Público. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Tinoco Arbitration. Arbitration Between Great Britain and Costa Rica, Opinion and Award of William H. Taft, Sole Arbitrator, Washington, D.C., Oct 18, 1923, 18 American Journal of International Law 147 (1924), 1 U.N.R.I.A.A. 369 (1923), y Cassese, Antonio. International Law. 2a . ed., New York, Oxford University Press, 2005, p. 73 e ss.

TOJO, Liliana; ELIZALDE, Pilar. *La Comisión Interamericana de Derechos Humanos*. In: KONRAD ADENAUER STIFTUNG. *Convención Americana sobre Derechos Humanos*. Bolívia: 2014. Pág. 7.

## **I. DECLARAÇÃO DOS FATOS**

1. A Federação da Clonalia (doravante “Clonalia” ou “Estado”) é uma democracia constitucional composta de 34 estados e que ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos (doravante “Convenção”, “Convenção Americana” ou “CADH”) em 1978, tendo aceitado a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante “Corte”, “Corte Interamericana” ou “Corte IDH”) em 1982. Além disso, Clonalia ratificou ainda os principais tratados internacionais de Direitos Humanos, tais como a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Estatuto de Roma, entre outros.
2. Clonalia é uma nação industrializada e com grande demanda energética. Atualmente, sua matriz energética tem como base energia proveniente do carvão, mas esforços recentes resultaram na descoberta de grandes reservas de petróleo na região costeira, o que deve garantir a estabilidade das fontes de energia para o país.
3. Desde a ratificação da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em 1995, Clonalia vem demonstrando sua preocupação em estabilizar suas emissões de gases de efeito estufa (doravante “GHGs”). Embora não tenha concordado com os termos do Protocolo de Kyoto, sua participação atual em relação às emissões mundiais é 3% menor em comparação à sua contribuição para o nível de emissões históricas.
4. Em 2009, a atuação do Ministério do Meio Ambiente de Clonalia (doravante “MEC”) com relação às emissões de GHGs foi questionada judicialmente por 5 estados da federação, e após a rejeição da demanda em primeira instância, a Corte Suprema de Clonalia decidiu que o órgão vinha atuando lícitamente, sem qualquer violação às leis nacionais. Desse modo, não cabia ao poder judiciário qualquer controle sobre suas atividades.



5. Em 2012, a ONG Climate Change Action (doravante “CCA”) moveu uma ação de nulidade perante a Corte Suprema de Clonalia visando à anulação da decisão administrativa do MEC pela qual o órgão decidiu não regular as emissões de GHGs. A demanda foi rejeitada pelos ministros da Corte Suprema, sob a alegação de ser uma reiteração de disputa judicial já decidida anteriormente.
6. Enquanto isso, na República do Marsili (doravante “Marsili”), estado insular próximo ao território de Clonalia, a elevação do nível dos oceanos vem gerando perda territorial. Aproximadamente 27% do território nacional encontra-se agora abaixo do nível do mar. Paralelamente, 4% da população emigra do país todos os anos, sendo que 67% destes se dirigem a Clonalia. Em resposta à situação, desde 2011 o país decidiu impor o requerimento de visto para todos os residentes vindos de Marsili.
7. Em Março de 2011, a CCA decidiu representar os habitantes da comunidade rural de Candela, localizada na ilha de Theodore, no Marsili, com o objetivo de buscar uma solução legal para a crise ambiental da ilha. Contudo, em Outubro de 2013, 23 famílias da comunidade saíram do país e emigraram de forma irregular, sem o devido registro de imigração, para Candela.
8. Em Janeiro de 2014, a CCA apresentou uma petição ao Ministério das Relações Exteriores (doravante “MRE”) de Clonalia, requisitando o reconhecimento das famílias como “refugiados ambientais” por meio do processo estabelecido pelas Lei 715 de 1989 e pela Lei de Imigração de 2009. Contudo, o MRE decidiu pela falta de validade na solicitação, visto que a mesma confundia problemas ambientais com questões de imigração. Em seguida, o MRE ordenou a detenção das famílias a fim de iniciar seu processo de deportação. 8 das famílias refugiaram-se na embaixada do Marsili, enquanto as outras fugiram, tendo até o momento apenas metade sido capturada.

9. Em 8 de Março, a CCA recorreu administrativamente da decisão do MRE de não reconhecer o pedido de refúgio. O mecanismo judicial interno do órgão, contudo, reiterou a decisão em questão.
10. Em 9 de Maio, o Presidente de Clonalia nomeou um Comitê Nacional de Especialistas (doravante “CNE”) para analisar a possibilidade de concessão de asilo por razões ambientais, caso tal pedido fosse realizado. Foi convocada uma conferência de imprensa a fim de divulgar algumas conclusões do CNE, inclusive a defesa das decisões já tomadas por Clonalia em relação aos refugiados.
11. A divulgação das conclusões detalhadas do Comitê, contudo, poderia colocar em risco a segurança nacional, a integridade do território, a população civil e a estabilidade social e diplomática do país, de modo que deve se dar apenas em momento oportuno, quando tais riscos já não existirem mais. A CCA tentou obter o texto completo das propostas do CNE, mas teve seu pedido negado pelo MRE. Em seguida, a ONG apelou da decisão para um juiz administrativo, mas este manteve a decisão do órgão.
12. No dia 10 de setembro, a CCA entregou uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante “Comissão”, “Comissão Interamericana” ou “CIDH”) alegando a violação por parte de Clonalia dos direitos humanos dos habitantes da Comunidade de Candela, incluindo tanto as 23 famílias que emigraram para Candela, como aqueles que permaneceram no território de Marsili.
13. A Comissão interpôs medidas cautelares demandando a proteção e a não deportação de nenhum dos membros da comunidade até a conclusão do caso, o que foi prontamente atendido por Clonalia. Além disso, a Comissão rejeitou as alegações preliminares do estado, interpostas tempestivamente, e alegou a violação dos artigos 5, 7, 8, 13, 21, 22 e 26 da CADH, além do artigo 11 do Protocolo de San Salvador (doravante “Protocolo”), submetendo o caso à Corte Interamericana para julgamento.

## II. EXCEÇÕES PRELIMINARES

### 1. DA FALTA DE COMPETÊNCIA *RATIONE MATERIAE*

14. A CIDH, ao exercer as funções estabelecidas pela CADH, submete-se aos limites e requisitos previstos na própria Convenção. Entre esses limites, o artigo 44 da CADH delimita expressamente as matérias que podem ser submetidas à Comissão por meio do sistema de petições individuais, determinando desse modo sua competência por matéria (*ratione materiae*).
15. A Corte IDH compreende que a competência *ratione materiae* da Comissão limita-se à análise de denúncias de violações relativas aos artigos da CADH, a não ser nos casos em que outras convenções contenham cláusulas concedendo expressamente competência à Comissão ou à Corte para análise de possíveis violações aos seus artigos<sup>1</sup>. Apesar desse entendimento, a CIDH decidiu pela admissibilidade da petição enviada pela CCA relativamente ao Artigo 11 do Protocolo de San Salvador.
16. Ao submeter à Corte IDH denúncia de violação de um direito que nem faz parte do texto da CADH, nem está inserido naquele rol de direitos que por previsão expressa do Protocolo de São Salvador podem ser judicializados perante a Corte (tal previsão engloba somente a alínea ‘a’ do artigo 8 e o artigo 13 do Protocolo), a Comissão extrapolou sua competência *ratione materiae*.
17. Embora considerando respeitosamente o caráter autônomo da Comissão para apreciar as denúncias a ela submetidas, o Estado solicita à Corte que exerça um controle de legalidade sobre a decisão de admissibilidade da petição apresentada pela CJA<sup>2</sup>, declarando tal demanda inadmissível no que se refere à alegada violação ao Artigo 11 do Protocolo de São Salvador por parte do Estado.

---

<sup>1</sup> Corte IDH. *Caso As Palmeiras Vs. Colômbia*. Exceções Preliminares. Sentença de 4 de fevereiro de 2000. Serie C No. 67, Parágrafo 34.

<sup>2</sup> Corte IDH. *Caso Escher e outros Vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 6 de julho de 2009. Série C No. 200, Parágrafo 22; Corte IDH. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Exceções Preliminares. Sentença de 26 de junho de 1987. Série C No. 1, Parágrafo 29.

18. A CADH também delimita, em seu Artigo 62, a competência *ratione materiae* da Corte Interamericana no exercício de sua função contenciosa. A Corte compreende que possui competência para efetuar a interpretação de tratados que estejam diretamente relacionados à proteção aos Direitos Humanos em um Estado-membro do Sistema Interamericano, tanto em sua função consultiva, quanto em sua função contenciosa<sup>3</sup>. Destaca, todavia, a diferença entre interpretação e aplicação direta, deixando claro que não pode utilizar de uma norma para determinar a responsabilidade internacional de um Estado sem que o mesmo tenha consentido com esse expediente<sup>4</sup>.
19. Diante do exposto, o Estado solicita à Corte que considere inadmissível a demanda dos peticionários relativamente à alegada violação do Artigo 11 do Protocolo de São Salvador por ausência de competência material.

## **2. DA FALTA DE COMPETÊNCIA *RATIONE LOCI***

20. A Federação da Clonalia ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1º de agosto de 1978, tendo aceitado a jurisdição contenciosa da Corte em 28 de junho 1982. Assim sendo, nos termos do artigo 62 da CADH, a Corte Interamericana tem competência, a princípio, para julgar os casos relativos à interpretação e aplicação da Convenção.
21. O artigo 1.1 da Convenção, entretanto, institui o compromisso dos Estados Partes de respeitarem “os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição”. Estabeleceu-se, pois, competência em razão do lugar em que supostamente se deu a violação a um direito consagrado na Convenção, a chamada competência *ratione loci*, vinculada ao alcance

---

<sup>3</sup> Corte IDH. “Outros tratados” objeto da função consultiva da Corte (Art. 64 da Convenção Americana de Direitos Humanos). Opinião Consultiva OC-1/82, de 24 de Setembro de 1982. Série A No. 1, parágrafo 21.

<sup>4</sup> Corte IDH. *Caso As Palmeiras Vs. Colômbia*. Exceções Preliminares. Sentença de 4 de fevereiro de 2000. Serie C No. 67, Parágrafo 34.

da jurisdição estatal.

22. O conceito de jurisdição estatal vincula-se ao exercício de um controle efetivo do Estado ou autoridade em relação a determinado território<sup>5</sup>. Possui, por conseguinte, âmbito espacial de validade e está relacionado à noção de soberania estatal.
23. Nesse sentido, tendo em vista o conceito de competência *ratione loci*, não é possível que a Corte responsabilize a Federação da Clonália pelas alterações climáticas que ocorreram na comunidade rural de Candela, na Ilha do Marsili. Não há controle efetivo da Clonália em relação ao território da Ilha, não havendo, portanto, jurisdição estatal da Clonália sobre este território, nem controle efetivo sobre território estrangeiro<sup>6</sup>.
24. Assim sendo, conquanto considere respeitosamente a autonomia da Comissão no que diz respeito ao exame das denúncias que lhe são submetidas, o Estado solicita à Corte que se exerça um controle de legalidade sobre a decisão de admissibilidade da petição da CCA e se declare incompetente para julgar este caso relativamente aos artigos 5, 21, 22, 26 da CADH e 11 do Protocolo de San Salvador por ausência de competência *ratione loci*.

### **3. VEDAÇÃO À ATUAÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA COMO “QUARTA INSTÂNCIA”**

25. A “fórmula da quarta instância” decorre de um aspecto fundamental do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (doravante “o SIDH”, ou “Sistema Interamericano”): seu caráter subsidiário. Como previsto no preâmbulo da CADH, a

---

<sup>5</sup> Tinoco Arbitration. Arbitration Between Great Britain and Costa Rica, Opinion and Award of William H. Taft, Sole Arbitrator, Washington, D.C., Oct 18, 1923, 18 American Journal of International Law 147 (1924), 1 U.N.R.I.A.A. 369 (1923), y Cassese, Antonio. International Law. 2a . ed., New York, Oxford University Press, 2005, p. 73 e ss.

<sup>6</sup> Corte Internacional de Justiça. *Nicaragua vs. Estados Unidos da América*. Sentença de 27 de junho de 1986. Tribunal Europeu de Direitos Humanos. *Chipre vs. Turquia*. Sentença de 10 maio de 2001, App. 25781/94. 35 EHRR 731.

Tribunal Europeu de Direitos Humanos. *Ilascu e Outros vs. Moldávia e Rússia*. Sentença de 8 de julho de 2004, App.48787/99. 40 EHRR 1030

proteção aos Direitos Humanos exercida pelo SIDH ocupa uma posição “coadjuvante ou complementar” em relação à proteção exercida no âmbito interno, de modo que o mesmo só deve atuar em supostas violações aos tratados regionais de Direitos Humanos após o sistema de proteção interno ter se mostrado inapto ou ineficaz para garantir o exercício dos direitos de seus nacionais ou daqueles que estão sob sua jurisdição<sup>7</sup>.

26. Nesse sentido, a Corte Interamericana tem como função a responsabilização internacional por violações à CADH, e não a atuação como “quarta instância”, revisando matérias de fato ou de mérito já julgadas pelos Estados por meio de procedimentos que não violem quaisquer das garantias judiciais ou dos outros direitos previstos na Convenção.
27. Contudo, a Comissão Interamericana não pareceu se atentar para esse fato e para seus próprios entendimentos sobre a matéria – que ratificam o exposto acima<sup>8</sup> – ao declarar a admissibilidade deste caso em relação aos artigos 8, 22.7 e 22.8 da CADH. Em nenhum momento durante o processo perante a Comissão, nem a mesma, nem os peticionários, explicitaram quais aspectos dos processos que analisaram a solicitação do *status* de refugiado e a deportação das 23 famílias provenientes da Comunidade Rural de Candela não teriam cumprido as disposições da CADH.
28. É fundamental, para que se afaste a utilização da Corte como “quarta instância”, que haja uma exposição dos fatos relativos ao caso, e uma indicação detalhada de qual violação cada um constituiu<sup>9</sup>. Isso claramente não foi feito pela Comissão, que apenas

---

<sup>7</sup> Corte IDH. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Mérito. Sentença de 29 de julho de 1988. Série C No. 4, Parágrafo 61.

<sup>8</sup> CIDH. Caso 9260 (Jamaica), Relatório Anual da CIDH 1987-1988, página 166. 14 de setembro de 1988; CIDH. Informe No 8/98. Caso 11.671. Carlos García Saccone. Argentina. 2 de março de 1998, Parágrafo 53; CIDH. Informe No 39/05. Carlos Iparraguirre e Luz Amada Vásquez de Iparraguirre. Peru. 2005. Parágrafo 52; CIDH. Informe No 103/06. José Luís Valdéz Pineda. México. 2006. Parágrafo 37.

<sup>9</sup> TOJO, Liliana; ELIZALDE, Pilar. *La Comisión Interamericana de Derechos Humanos*. In: KONRAD ADENAUER STIFTUNG. *Convención Americana sobre Derechos Humanos*. Bolívia: 2014. Cap. 7, p. 783.

realizou afirmações genéricas quanto a uma suposta violação dos artigos 8 e 22.7 e 22.8, sem o cuidado de esclarecer quais os fatos que caracterizariam tais violações. Isso demonstra uma tentativa de atacar o mérito da decisão estatal, utilizando de acusações vazias de violação da CADH para tal.

29. Outro indicativo disso foi o fato da Comissão não ter recomendado quaisquer alterações legislativas ou de práticas referentes aos procedimentos que Clonalia adota na matéria de refúgio, se limitando a recomendar que a Corte demande ao Estado a concessão do “refúgio ambiental”. Novamente, se ataca apenas o mérito das decisões estatais, sem apontar quaisquer fatos que ensejem violações à CADH.

30. Considerando o exposto acima, o Estado solicita à Corte novamente que exerça um controle de legalidade sobre a decisão de admissibilidade da petição apresentada pela CCA<sup>10</sup>, dessa vez, declarando tal demanda inadmissível no que se refere às alegadas violações aos artigos 8, 22.7 e 22.8 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

### **III. MÉRITO**

#### **1. DA NÃO VIOLAÇÃO DOS DIREITOS À INTEGRIDADE, À PROPRIEDADE, À CIRCULAÇÃO E À RESIDÊNCIA**

31. As acusações direcionadas à Federação da Clonalia em relação aos habitantes da comunidade rural de Candela envolvem supostas violações dos direitos à integridade, à propriedade, à circulação e à residência, assegurados, respectivamente, nos artigos 5º, 21 e 22 da Convenção Americana de Direitos Humanos. A imputação dessas violações ao país, todavia, depende, necessariamente, da possibilidade de atribuição do fenômeno do aquecimento global à Clonalia. Embora terríveis e inegáveis sejam os danos sofridos pela República do Marsili, não pode essa situação ambiental gravosa ser imputada a Clonalia, ensejando a sua responsabilidade internacional.

---

<sup>10</sup> Corte IDH. *Caso Escher e outros Vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 6 de julho de 2009. Série C No. 200, Parágrafo 22; Corte IDH. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Exceções Preliminares. Sentença de 26 de junho de 1987. Série C No. 1, Parágrafo 29 .

32. Como se sabe, a aferição de responsabilidade no âmbito internacional requer o preenchimento de certos requisitos, dentro os quais está a possibilidade de atribuição de determinada violação de norma de Direito Internacional a um Estado<sup>11</sup>. Na seara ambiental, entretanto, esse modelo clássico de responsabilização tem a aplicação dificultada, uma vez que é frequente a impossibilidade de identificação exata daquele que produziu o dano ao meio ambiente<sup>12</sup>. Nas Resoluções 43/53 (1988) e 44/207 (1989), que deram ensejo à Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, a Assembleia Geral da ONU já reconheceu que a alteração climática do planeta era uma questão global, e que interessava portanto à comunidade de Estados, e não a nenhum estado particularizado. Em relação ao aquecimento global, portanto, é exatamente esse problema de identificação dos sujeitos ativos da poluição que se coloca.

33. O aumento das temperaturas – e a consequente elevação do nível dos oceanos – é resultado de décadas de emissão de gases estufa, segundo confirma o relatório do Grupo de Mudança Climáticas Globais (G2C2), de 1992. A porcentagem de 18% é insuficiente para alçar a Federação da Clonalia à posição de causadora do aquecimento global. Os demais países são, afinal, responsáveis pelos outros 82% das emissões, ainda que conjuntamente. Embora a Clonalia seja, atualmente, a maior emissora, não se pode afirmar que é ela a causadora dos desastres que afligem o Marsili, justamente porque essa causalidade tem no polo ativo toda a comunidade internacional. Além disso, não se pode esquecer que a própria República do Marsili foi, até 1967, parte da Federação da Clonalia, sendo igualmente imputável pelas emissões anteriores à sua independência.

---

<sup>11</sup> *Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts*, art. 2, (a).

<sup>12</sup> SHAW, Malcolm. *Direito Internacional Público*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 623.



34. Antes de transferir a culpa pelo sofrimento humano por que passam os habitantes do Marsili, o que se busca esclarecer é a necessidade imprescindível da cooperação internacional e do esforço conjunto de todos os Estados emissores de gases estufa. O próprio país insular pareceu reconhecer isso, já que todos os pronunciamentos e cobranças de suas autoridades em relação à situação ambiental em crescente degradação foram dirigidos à comunidade dos Estados ou aos países desenvolvidos e em desenvolvimento (conjuntamente considerados), e não à Clonalia. A responsabilização judicial de um país não é resposta adequada ao problema, não só porque acometida de incertezas jurídicas – como responsabilizar sem ser capaz de imputar? –, mas também por não ser capaz de promover o enfrentamento efetivo do aquecimento global e das consequentes violações de direito sofridas pelas populações dos Estados mais afetados.
35. Apesar do poder de sedução que pode apresentar a responsabilidade objetiva, que permitiria a punição de cada vez maior número de Estados, não se pode aceitá-la em termos de aquecimento global. Como explanado, esse processo decorre de décadas de ação humana inadvertida, sendo de responsabilidade de toda a comunidade internacional. A emissão de gases estufa e os efeitos concretos que estes produzem em países como o Marsili não obedecem a relação de vizinhança, como pode acontecer em casos de chuva ácida ou de poluição de rio transfronteiriço. Por essa razão, individualizar a Federação da Clonalia como devedora única de reparações aos habitantes da comunidade de Candela é, em alguma medida, arbitrário: a perspectiva bilateral de responsabilização, nesse caso, promoverá punição para além da responsabilidade de um Estado.

36. Destarte, não se podendo atribuir à Clonalia as adversidades naturais que minam o pleno exercício dos direitos à integridade, à propriedade, à circulação e à residência, não se pode, logicamente, imputar-lhe tais violações.
37. Além do exposto acima, cabe ainda fazer algumas ressalvas particularizadas em relação a alguns dos direitos da Comunidade Rural de Candela.
38. Quanto ao direito à integridade física, devem ser consideradas nas acusações de violação a direito que cada indivíduo possui características pessoais próprias, e que, portanto, tratamentos idênticos podem ser percebidos de forma distinta por cada pessoa, podendo gerar mais ou menos sofrimento<sup>13</sup>.
39. Desse modo, não tendo havido no procedimento perante a Comissão uma indicação particularizada de quais teriam sido os efeitos das mudanças climáticas para a integridade dos membros da comunidade – integridade psíquica? Moral? Física? – nem da particularização desses efeitos, é impossível atribuir a Clonalia a violação ao direito à integridade pessoal dos membros da Comunidade Rural de Candela.
40. Do mesmo modo, relativamente à acusação de violação do direito à propriedade privada, não houve no procedimento perante a Comissão uma indicação de quais bens cada membro da Comunidade teria perdido. Não sendo a Comunidade de Candela uma comunidade indígena, tampouco pode-se falar de propriedade comunal sobre suas terras.
41. Quanto ao direito de circulação e de residência, as considerações que ainda serão tecidas neste memorial sobre o não-cabimento do *status* de refugiados para aqueles que cruzam fronteiras devido a intempéries ambientais valem igualmente para aqueles que permaneceram em seu país de origem. Desse modo, assim como não consideramos os solicitantes de refúgio por razões ambientais como refugiados,

---

<sup>13</sup> Corte IDH. *Caso Fleury e outros Vs. Haiti*. Mérito e Reparações. Sentença de 23 de novembro de 2011. Série C No. 236, Parágrafo 73 Corte IDH; *Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 4 de julho de 2006. Série C No. 149, Parágrafo 127.

também não consideramos os membros da Comunidade que permaneceram em Marsili e que hoje habitam acampamentos como deslocados internos, conforme os argumentos que serão expostos no decorrer deste memorial.

## **2. DA NÃO VIOLAÇÃO DOS DIREITOS AO DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO E AO MEIO AMBIENTE SADIO**

42. As acusações relativas aos artigos 26 e 11 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos e do Protocolo de San Salvador, respectivamente, também envolvem importante debate do Direito Internacional Ambiental. Se, de um lado, se tem direito a meio ambiente sadio, de outro, há o direito ao desenvolvimento econômico<sup>14</sup>, no sentido de que este proporciona condições de trabalho e de vida dignas para o indivíduo. O direito a meio ambiente sadio não pode desconsiderar a necessidade de intervenção na natureza, a fim de promover o bem estar das populações. No caso da Clonalia, as emissões têm relação direta com o desenvolvimento econômico do país, vez que mais de 70% provêm de fontes como indústrias e companhias geradoras de energia.

43. Acusa-se a Federação de nada ter feito para modificar seu modelo econômico, de modo a reduzir as emissões de gases danosos. A questão é que, muito relacionadas à produção de energia, as atividades de que se originam as emissões, na Clonalia, têm importância inquestionável. Todo país, atualmente, busca autossuficiência energética, como requisito indispensável ao bem-estar das populações.

44. Embora fontes alternativas estejam sendo desenvolvidas, como parte, inclusive, dos compromissos ambientais internacionais assumidos, o processo de se encontrar substitutos viáveis aos combustíveis fósseis tem-se mostrado longo e dificultoso. Faz pouco mais de 20 anos que evidências empíricas da relação entre gases estufa e

---

<sup>14</sup> O direito ao desenvolvimento econômico em si não está consolidado em Direito Internacional. Refere-se aqui às condições proporcionadas pelo desenvolvimento, as quais garantem o gozo de diversos direitos humanos (direito a projeto de vida, direitos sociais e etc.).

aquecimento global começaram a surgir, e o mundo, no geral, não encontrou rota sólida de modificação do modelo energético. Em dados de 2011, a participação de fontes renováveis na matriz energética mundial era de apenas 13%<sup>15</sup>.

45. Assim, a própria exploração das reservas de petróleo encontradas em 2011, no país, deve ser vista sob esta perspectiva: autossuficiente, a Federação da Clonalia não mais fica vulnerável às volatilidades do mercado de petróleo, que, como *commodity*, é alvo de constante especulação e manipulação políticas. Não se trata apenas de questão estratégica, uma vez que o preço desse combustível afeta, como insumo, o índice geral de preços nos mercados nacionais, determinando, inclusive, os preços de produtos alimentícios. Seguir com esse modelo energético, enquanto não se encontra outro ambientalmente mais adequado e economicamente mais palatável, é proteger o poder de compra dos habitantes da Clonalia, garantindo padrão de vida de qualidade e ambiente social propício ao pleno gozo dos direitos sociais, econômicos e culturais protegidos pelo sistema interamericano de direitos humanos.
46. Imprescindível é, certamente, encontrar equilíbrio entre desenvolvimento econômico-social e proteção ambiental, algo intentado pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Tal conceito foi tema da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) – da qual a Clonalia participou –, e encontra respaldo na Declaração do Rio – da qual o país é signatário –, podendo ser definido como: o progresso que respeita a necessidade de manutenção das condições de reprodução da vida humana na Terra, assegurando que ações do homem no sentido de produzir as coisas necessárias à sua existência não promovam, ao mesmo tempo, a destruição do planeta. Vale ressaltar, no entanto, que tal declaração não é vinculante e não traz compromissos concretos aos Estados signatários. Como o conteúdo de

---

<sup>15</sup> BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Balanço energético nacional - BEN. Rio de Janeiro: EPE, 2014.

desenvolvimento sustentável não encontra consenso, cabe, na realidade, a cada Estado determinar a sua medida, conforme as suas possibilidades e metas políticas. Incumbe, ainda, à comunidade internacional, também politicamente, lançar bases e diretrizes, para nortear os países.

47. E assim o fez, inicialmente, com a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas da ONU, também de 1992, da qual a Federação da Clonalia é signatária. Nela, países desenvolvidos comprometem-se a apresentar relatórios sobre as emissões de gases estufa, com vistas a fazê-las retroceder aos níveis de 1990. Na primeira Conferência das Partes, em Berlim, em 1995, contudo, acordou-se que os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos mostravam-se insuficientes, dando-se início a trabalhos de elaboração de instrumento jurídico mais adequado<sup>16</sup>, até 1997, quando se assinou o Protocolo de Quioto, impondo novas metas individuais às nações-parte desenvolvidas.

48. A Clonalia decidiu não participar do novo documento, uma vez que o mesmo não estabelecia compromissos específicos para Estados em desenvolvimento, que, logo, contribuiriam para o aquecimento global tanto quanto ou mais que os países de industrialização antiga. A China é o maior exemplo do que a Federação já argumentava à época. Contudo, Clonalia ainda se mostra aberta à importância de nova conjugação de esforços internacionais, a fim de determinar metas que vinculem a todos aqueles que contribuem significativamente para o aquecimento global.

49. O país não pretende adotar posição soberanista, há muito abandonada como defesa aceitável em termos de direito ambiental e direitos humanos. O que se argumenta é que o direito a meio ambiente sadio e ao desenvolvimento progressivo comportam ponderações ante a direitos igualmente importantes. Esse equilíbrio, por sua vez,

---

<sup>16</sup> SHAW, Malcolm. Direito Internacional Público. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 651.

envolve escolhas políticas internas e mecanismos de cooperação internacional, os quais decisões judiciais não podem substituir. Tal entendimento encontra embasamento não só no regime internacional de proteção ambiental<sup>17</sup>, como também sistema interamericano. A Carta da OEA, a que se remete o artigo 26 da Convenção, determina que a cooperação entre os membros deve estimular o alcance dos objetivos nacionais, respeitando as prioridades que cada país fixa para o seu desenvolvimento<sup>18</sup>. Assim sendo, não é possível afirmar que houve violação dos artigos 26 da CADH e 11 do Protocolo de San Salvador.

### **3. DA NÃO VIOLAÇÃO DO DIREITO ÀS GARANTIAS JUDICIAIS NEM DO DIREITO DE CIRCULAÇÃO E RESIDÊNCIA**

50. O artigo 8º da CADH prevê um conjunto de requisitos que devem ser observados pelos Estados em suas diversas instâncias processuais a fim de que os direitos previstos na Convenção efetivamente sejam garantidos. Pode-se dizer, portanto, que o artigo consagra o “devido processo legal” no Sistema Interamericano de Direitos Humanos<sup>19</sup>.

51. Embora os peticionários tenham alegado que Clonalia violou o artigo 8º no decorrer do processo que negou o pedido de refúgio das 23 famílias provenientes da Comunidade Candela, em momento algum perante a Comissão os peticionários alegaram quais aspectos desse processo teriam sido contrários às disposições do referido artigo.

52. O MRE possui um mecanismo judicial interno definido por lei que permite que aqueles que se sentirem prejudicados por decisões administrativas do órgão possam

---

<sup>17</sup> Essa necessidade de considerar a proteção ao meio ambiente em conjunto com a imprescindibilidade do desenvolvimento encontra respaldo, como dito, na Declaração do Rio (princípios 2 e 4, por exemplo), e, também, na Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas (artigos 3.4 e 4.1, por exemplo).

<sup>18</sup> OEA. *Carta da Organização dos Estados Americanos*, art. 31.

<sup>19</sup> Corte IDH. *Garantias judiciais em Estado de Emergência (Arts. 27.2, 25 e 8 da Convenção Americana de Direitos Humanos)*. Opinião Consultiva OC-9/87 de 6 de Outubro de 1987. Série A No. 9, Parágrafos 27 e 28.

apelar destas. Há, ainda, previsão de mais um recurso, dessa vez para a Corte Suprema, a fim de averiguar as possíveis inconstitucionalidades dessas decisões. No caso em questão, os peticionários utilizaram a apelação administrativa para tentar reverter a decisão que negou o *status* de refugiados às famílias, mas optaram por não recorrer à Suprema Corte após a confirmação desta.

53. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a Corte não possui competência para julgar o mérito da decisão de um Estado de conceder ou não refúgio para aqueles que o solicitem. A decisão de cabimento ou não do reconhecimento da condição de refugiado é uma decisão soberana, que cada Estado deve tomar mediante um processo justo e eficiente<sup>20</sup>. Cabe à Corte apenas averiguar se esse processo se deu de acordo com as disposições da CADH.

54. Tampouco tem a Corte competência para aplicar diretamente as disposições dos tratados internacionais relativos à matéria do refúgio, gerando responsabilização internacional por possíveis violações das mesmas. Embora a Corte possa usar esses tratados e os princípios gerais do Direito Internacional dos Refugiados como uma espécie de “legislação especial” que complemente e guie a interpretação feita pela Corte das disposições da CADH, é com base nessas que o Estado pode ser responsabilizado<sup>21</sup>.

55. Diante do exposto, iremos agora analisar o cumprimento das garantias processuais previstas no artigo 8º da CADH em relação ao direito de buscar e receber asilo previsto no artigo 22.7 da CADH.

56. Embora a Convenção Sobre a Situação de Refugiados de 1951 (doravante “Convenção de 1951”) não traga em seu texto nenhuma descrição de garantias

---

<sup>20</sup> Corte IDH. *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, Parágrafo 147.

<sup>21</sup> Corte IDH. *Caso do Massacre de Mapiripán Vs. Colômbia*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C No. 134, Parágrafo 107.

processuais que devem ser observadas no processo de determinação da condição de refugiado, a Corte Interamericana entendeu que esses processos devem ser previsíveis, pautados pelos princípios da não-discriminação e do devido processo e que todas as decisões tomadas em seu curso devem ser coerentes e objetivas<sup>22</sup>.

57. Embora a Corte estabeleça uma série de outras garantias para os procedimentos “padrão” de determinação de condição de refugiado<sup>23</sup>, cabe ressaltar que, nesse caso, não se trata de um caso padrão de solicitação de refúgio, mas sim de uma solicitação manifestamente infundada.

58. As solicitações de refúgio “manifestamente infundada” são descritas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (doravante “ACNUR”) como “aquellas que son claramente fraudulentas o que no guardan relación con los criterios para la concesión de la condición de refugiado establecidos en la Convención de las Naciones Unidas de 1951 relativa al Estatuto de los refugiados ni con otro criterio que justifique la concesión de asilo”<sup>24</sup>.

59. A Convenção de 1951 é taxativa, em seu artigo 1º, 2), ao elencar o rol de hipóteses que ensejam o reconhecimento do *status* de refugiado: temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Além disso, ainda no artigo 1º, 2), a Convenção de 1951 estabelece que deve haver uma ausência de proteção ao refugiado por parte de seu país de origem, o que justificaria que outro Estado assumisse esse compromisso de proteção.

60. No caso em questão, foi comprovado que a República do Mali não promoveu perseguição de qualquer tipo aos seus cidadãos. Na verdade, o país investiu cerca de

---

<sup>22</sup> Corte IDH. *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, Parágrafo 157.

<sup>23</sup> Corte IDH. *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, Parágrafo 159.

<sup>24</sup> Comitê Executivo do Alto Comissariado para os Refugiados da ONU. *El problema de las solicitudes de asilo o de la condición de refugiado manifestamente infundadas o abusivas*. N° 30 (XXXIV), 1983, Parágrafo d.



24% do seu PIB na última década em projetos de reconstrução e adaptação a fim de proteger certas áreas de seu território, e consequentemente, seus habitantes, de diversas intempéries ambientais.

61. Como afirmou o MRE em sua decisão que negou a solicitação de refúgio das 23 famílias provenientes da Comunidade Rural de Candela, os solicitantes misturaram assuntos ambientais com as questões de migrações, utilizando um instituto de caráter humanitário de contornos bem definidos de forma completamente displicente e equivocada.
62. Desse modo, comprovado o caráter manifestamente fraudulento da solicitação de refúgio movida pelos peticionários, a Corte autoriza ao Estado que analise a solicitação mediante um “procedimento acelerado”, em que devem ser observadas apenas as mínimas garantias de i) audiência, ii) de decisão por parte de autoridade competente e iii) de possibilidade de revisão da decisão negativa antes da expulsão<sup>25</sup>.
63. Todas essas garantias foram respeitadas pelo Estado, visto que os solicitantes puderam expor suas razões durante o processo, a decisão foi tomada pelo MRE, órgão responsável para analisar todas as questões relativas a migrações e refúgios em Clonalia, e que os solicitantes tiveram acesso a um recurso para tentar reverter a decisão, embora esse tenha sido negado em seu mérito.
64. Nesse sentido, pode-se constatar que não houve qualquer violação das garantias judiciais (artigo 8º da CADH) em relação ao direito previsto no artigo 22.7 da CADH.
65. A partir do momento em que os solicitantes tiveram seu pedido negado, eles se tornaram migrantes irregulares no território de Clonalia, de modo que o país iniciou seus procedimentos previstos na lei 715 de 1989 para tal hipótese.

---

<sup>25</sup> Corte IDH. *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, Parágrafo 172.

66. A Corte identificou os migrantes indocumentados ou em situação irregular como um grupo vulnerável, tendo em vista a grande exposição a violações e a constante desproteção de seus direitos<sup>26</sup>. Isso não impede, contudo, que esses migrantes sofram processos quando não cumprirem com o ordenamento jurídica estatal<sup>27</sup>.
67. Em procedimentos que podem desembocar na expulsão ou deportação de estrangeiros, o Estado deve respeitar aquelas garantias estabelecidas no artigo 8.2 da CADH ao ditar atos sancionatórios, independentes de eles serem judiciais ou administrativos<sup>28</sup>. Esses procedimentos devem ter caráter individual, não devem discriminar em razão de nacionalidade, cor, raça, sexo, língua, religião, opinião política, origem social ou outro *status* qualquer, e devem observar as seguintes garantias: i) que os afetados sejam informados das acusações que existem contra si e dos motivos de sua deportação ou expulsão, ii) que haja possibilidade de recurso perante a autoridade competente em caso de decisão desfavorável e iii) que a decisão final seja fundamentada, conforme a lei e devidamente notificada<sup>29</sup>.
68. O processo de deportação das famílias – que ainda não foi concluído, visto que a Comissão Interamericana expediu medidas cautelares ordenando que elas não fossem deportados enquanto a Corte não se pronunciasse sobre o caso, as quais o Estado vem prontamente cumprindo – deu-se de acordo com todas as determinações da Corte Interamericana, visto que durante todas as suas fases as famílias foram informadas e

---

<sup>26</sup> Corte IDH. *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, Parágrafo 128; Corte IDH. *Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados*. Opinião Consultiva OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Série A No. 18, Parágrafo 114. Corte IDH; Corte IDH. *Caso Vélez Loor Vs. Panamá*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 23 de novembro de 2010. Série C No. 218, Parágrafo 98 e Corte IDH. *Caso Nadege Dorzema e outros Vs. República Dominicana*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de outubro de 2012. Série C No. 251, Parágrafo 152.

<sup>27</sup> Corte IDH. *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, Parágrafo 129.

<sup>28</sup> Corte IDH. *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, Parágrafo 132.

<sup>29</sup> Corte IDH. *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, Parágrafo 133.

devidamente notificadas de sua situação e tiveram chance de recurso, recebendo, ao final, uma decisão devidamente fundamentada, divulgada inclusive em conferência de imprensa.

69. Ainda que o processo se dê de acordo com as garantias estipuladas pela Corte, é necessário que se atente para o fato de que a Corte interpreta a previsão do artigo 28.8 da CADH no sentido de que nenhum estrangeiro, refugiado ou não, pode ser devolvido a um país quando sua vida, liberdade ou integridade estejam em risco de violação. Para respeitar tal direito, o Estado deve entrevistar aqueles que alegarem tal risco e fazer uma análise prévia para verificar a existência desses<sup>30</sup>.
70. Desde a entrega da solicitação de refúgio, os peticionários já se manifestaram que consideravam haver um risco à vida e à integridade das 23 famílias caso essas fossem devolvidas para o território de Marsili. Esse risco adviria do “iminente processo de desaparecer” no qual se encontra a ilha, e também em um suposto risco nas condições de habitação na ilha atualmente.
71. O governo do Marsili tem empreendido os máximos esforços para proteger sua população, construindo abrigos temporários entre outras obras de infraestrutura que garantam a integridade e a vida de seu povo. Até o momento, os esforços parecem estar se mostrando satisfatórios, visto que não há registros de qualquer pessoa que tenha morrido ou sido ferida devido às intempéries climáticas que têm afetado o território de Marsili. Já o desaparecimento total da ilha, por mais que seja considerado por especialistas como inevitável, é previsto, de acordo com relatório do G2C2 apenas para o ano de 2025, de modo que não pode ser considerado como um risco iminente e concreto que impeça a devolução das famílias neste momento.

---

<sup>30</sup> Corte IDH. *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, Parágrafos 134 e 135.

72. Embora esse tema seja pouco comum no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a Corte Europeia de Direitos Humanos (doravante “Corte Europeia”) já enfrentou a questão diversas vezes, de modo que estabeleceu critérios para classificar os riscos que estrangeiros podem enfrentar ao serem devolvidos para seus países de origem e para determinar a postura da corte diante de cada tipo de risco.
73. Tendo em vista que os riscos ambientais aos quais os cidadãos de Clonalia supostamente estariam submetidos não poderiam ser atribuídos a nenhum Estado, conforme já exposto neste memorial, possíveis danos provenientes desses riscos poderiam ser classificados como danos de ocorrência puramente natural, similares por exemplo aos danos causados por epidemias.
74. Nesse sentido, a Corte Europeia julgou caso em que uma cidadã ugandense que residia no Reino Unido era portadora de HIV e alegava que sofreria risco de morrer em decorrência da doença se fosse devolvida para seu país de origem, visto que o mesmo não possuía estrutura suficiente para tratá-la. A Corte Europeia decidiu que a devolução não violava a Convenção Europeia de Direitos Humanos (doravante “CEDH”) visto que, nos casos em que os riscos surgem de causa natural, o parâmetro para julgamento deve ser rigoroso, só havendo violação à CEDH em casos “muito excepcionais” nos quais as “considerações humanitárias sejam evidentes”<sup>31</sup>.
75. Diante do exposto, pode-se contatar que também não houve qualquer violação do artigo 8º da CADH em relação ao direito previsto no artigo 22.8 da CADH.

#### **4. DA NÃO VIOLAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE PESSOAL**

76. O artigo 7º da Convenção Americana de Direitos Humanos, que contempla o direito à liberdade pessoal, possui duas regulações diferentes entre si: uma geral, e uma específica. Enquanto a regulação geral é aquela que prevê que todo indivíduo tem

---

<sup>31</sup> Corte EDH. *Caso N Vs, Reino Unido* (No. 26565/05) Sentença de 27 de maio de 2008) , Parágrafo §43.

direito à liberdade e à segurança pessoais (artigo 7.1, da CADH), a regulação específica busca estabelecer garantias nas situações em que o Estado legitimamente restringe ou limita o exercício desse direito<sup>32</sup>.

77. A primeira garantia do direito à liberdade pessoal é a da reserva legal (artigo 7.2, da CADH), que determina que apenas com base na lei um Estado pode cercear o direito à liberdade pessoal<sup>33</sup>. Isso inclui a observância às causas, casos e circunstâncias expressamente previstos em lei (aspecto material), com estrita sujeição aos procedimentos formais definidos pela mesma (aspecto formal)<sup>34</sup>. A reserva legal deve ser considerada juntamente com o princípio da tipicidade, que obriga os Estados a estabelecerem, antecipadamente e da forma mais concreta possível, as causas e as condições em que a liberdade pessoal de seus cidadãos pode ser restringida<sup>35</sup>.

78. A garantia seguinte (artigo 7.3, da CADH) é a da vedação da prisão arbitrária. É considerada arbitrária toda restrição à liberdade pessoal que, ainda que amparada por lei, viole preceitos fundamentais do ser humano por ter natureza irrazoável, imprevisível, ou desproporcional<sup>36</sup>, ou, ainda, que vá de encontro às demais garantias específicas constantes no artigo 7º (artigo 7.4, 7.5, 7.6, 7.7)

79. A Corte Interamericana estabeleceu, ainda, uma série de requisitos para que uma restrição à liberdade não seja considerada arbitrária além daqueles previstos na CADH: (i) que a finalidade das medidas que privem ou restrinjam a liberdade sejam compatíveis com a Convenção Americana de Direitos Humanos; (ii) que as medidas adotadas sejam as idôneas para alcançar o fim pretendido; (iii) que as medidas sejam

---

<sup>32</sup> Corte IDH. *Caso Chaparro Álvarez e Lapo Ñiñez*. Vs. Equador. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 21 de novembro de 2007. Série C No. 170, Parágrafo 51.

<sup>33</sup> Corte IDH. *Caso Chaparro Álvarez e Lapo Ñiñez*. Vs. Equador. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 21 de novembro de 2007. Série C No. 170, Parágrafo 56

<sup>34</sup> Corte IDH. *Caso Cesti Hurtado Vs. Peru*. Mérito. Sentença de 29 de setembro de 1999. Série C No. 56, Parágrafo 140.

<sup>35</sup> Corte IDH. *Caso Chaparro Álvarez e Lapo Ñiñez*. Vs. Equador. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 21 de novembro de 2007. Série C No. 170, Parágrafo 57.

<sup>36</sup> Corte IDH. *Caso Gangaram Panday Vs. Suriname*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 21 de janeiro de 1994. Série C No. 16, Parágrafo 47.

necessárias, ou seja, que sejam indispensáveis para atingir o fim pretendido e que não haja outras medidas menos gravosas também idôneas para atingir tal fim; (iv) que as medidas sejam proporcionais, de modo que as vantagens advindas do cumprimento da finalidade pretendida justifiquem o sacrifício inerente à restrição desse direito<sup>37</sup>.

80. Passaremos, então, a analisar os fatos deste presente caso tanto sob os parâmetros expressos na CADH, quando aqueles delineados pela Corte.

81. Em primeiro lugar, a prisão dos migrantes irregulares respeitou a garantia da reserva legal visto que tem sua causa prevista na Lei 715 de 198. Além disso, todos os procedimentos previstos em lei para a efetuação da prisão foram devidamente realizados pelas autoridades de imigração.

82. Em seguida, não se pode considerar a prisão como arbitrária, tendo em vista que não há por parte dos peticionários qualquer alegação de violação das garantias previstas no artigo 7 da CADH, nem dos requisitos estabelecidos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em sua jurisprudência.

83. Quanto à finalidade (i) e a idoneidade (ii) das detenções de migrantes ilegais, a Corte Interamericana já se pronunciou no sentido de que controlar e regular o ingresso e a permanência de pessoas estrangeiras em seu território é uma finalidade legítima para prisão de acordo com a Convenção e que a prisão também é uma medida idônea quando utilizada para garantir o transcorrer de um processo de deportação<sup>38</sup>.

84. Quanto à necessidade (iii), a Corte Interamericana afirma que a prisão de imigrantes só é necessariamente desproporcional quando utilizada com fins punitivos<sup>39</sup>. Quando não for o caso, como nas prisões ora discutidas, que tiveram como objetivo apenas

---

<sup>37</sup> Corte IDH. *Caso Chaparro Álvarez e Lapo Ñíguez. Vs. Equador*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 21 de novembro de 2007. Série C No. 170, Parágrafo 93.

<sup>38</sup> Corte IDH. *Caso Vélez Loor Vs. Panamá*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 23 de novembro de 2010. Série C No. 218, Parágrafo 169.

<sup>39</sup> Corte IDH. *Caso Vélez Loor Vs. Panamá*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 23 de novembro de 2010. Série C No. 218, Parágrafo 171.

garantir o transcorrer do processo de deportação, deve haver uma análise caso a caso a fim de checar se não haveria medidas menos gravosas para atingir o mesmo fim (garantir o prosseguimento do processo de deportação).

85. Considerando que as famílias já tinham permanecido por meses ilegalmente no território de Clonalia, demonstrando grande capacidade de se evadir do controle das autoridades estatais, e considerando ainda que assim que foi divulgada a ordem de prisão, grande parte das famílias se abrigou na embaixada do Marsili ou ainda simplesmente fugiram, pode-se concluir que a detenção das famílias infelizmente era uma medida necessária, visto que dificilmente o processo de deportação seria finalizado se as mesmas não ficassem sob o controle das autoridades imigratórias.

86. Por fim, quanto à proporcionalidade das medidas (iv), entende-se que, por mais lamentável que seja a detenção de qualquer ser humano, nesse caso os benefícios advindos da prisão para toda a população de Clonalia, que seria extremamente prejudicada com o um aumento indiscriminado do número de habitantes do país, supera a restrição temporária da liberdade desses migrantes.

## **5. DA NÃO VIOLAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE PENSAMENTO E EXPRESSÃO**

87. No Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o direito à liberdade de pensamento e de expressão possui não só a dimensão tradicional, de poder expressar seus pensamentos, como também uma outra dimensão, relacionada à liberdade de buscar, receber e difundir ideias de toda índole<sup>40</sup> conforme disposto no artigo 13.1 da CADH.

Contudo, esse direito não é absoluto, podendo sofrer restrições.

---

<sup>40</sup> Corte IDH. *Caso López Álvarez Vs. Honduras*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 1 de fevereiro de 2006. Série C No. 141, Parágrafo 163; Corte IDH. *Caso Ricardo Canese Vs. Paraguai*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2004. Série C No. 111, Parágrafos 77-80; Corte IDH. *Caso Herrera Ulloa Vs. Costa Rica*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 2 de julho de 2004. Série C No. 107, Parágrafo 108-111.

88. Segundo a Corte Interamericana, devem estar presentes 3 requisitos para que o Estado possa restringir a divulgação de informações ao público: i) essa possibilidade deve estar prevista em lei, ii) o objetivo da restrição deve ser permitido pela CADH e iii) a restrição deve ser necessária em uma sociedade democrática<sup>41</sup>
89. Embora Clonalia tenha negado o pedido da CCA para obter a íntegra do texto do CNE, essa negativa foi fundamentada no risco que a divulgação das conclusões do Comitê causaria à segurança nacional, um objetivo permitido pela CADH, se deu conforme previsão da lei nacional, que dá discricionariedade ao MRE para não divulgar informações que envolvam a segurança nacional, e ainda, se mostra necessária em uma sociedade democrática, visto que caso houvesse a divulgação para o CCA, não haveria meios de impedir que a informação se espalhasse mais, comprometendo todo o programa migratório de Clonalia, que, conforme já exposto, é legítimo de acordo com as disposições da Convenção.
90. Desse modo, Clonalia não pode ser responsabilizada pela violação do artigo 13, pois restringiu a liberdade de expressão das famílias provenientes de Candela por motivos permitidos pela CADH e mediante um procedimento adequado.

#### **IV. SOLICITAÇÃO DE ASSISTÊNCIA**

91. O Estado de Clonalia solicita, respeitosamente, à Corte IDH que julgue improcedente o pedido formulado pelos peticionários, declarando: a) a inadmissibilidade da demanda apresentada por carência de requisitos processuais; b) subsidiariamente, a ausência de responsabilidade internacional de Clonalia pelas supostas violações aos arts. 5º, 7º, 8º, 13, 21, 22, e 26, todos à luz do art. 1 (1) da CADH e art. 11 do PSS; c) e ainda, o indeferimento de quaisquer pedidos referentes a indenizações, custos e reparações.

---

<sup>41</sup> Corte IDH. *Caso Claude Reyes e outros Vs. Chile*. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 19 de setembro de 2006. Série C No. 151, Parágrafos 89-91.